



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Serviço Social e os desafios na contemporaneidade

Laryssa Gabriella Gonçalves dos Santos¹

Resumo: O Serviço Social é uma profissão divisão sóciotécnica do trabalho na sociedade capitalista, mais precisamente, no âmbito da reprodução das relações sociais, entendida como reprodução material e espiritual. Assim, o Serviço Social é um produto sócio-histórico, partícipe da dinâmica societária. Esta concepção remete, a partir da perspectiva de totalidade, à apreensão do movimento da realidade e da profissão nela inserida, em diferentes momentos históricos. Para examinar os espaços sócio-ocupacionais em que o assistente social se insere, é necessário o entendimento das mudanças societárias na contemporaneidade.

Palavras-chave: serviço social; mudanças societárias; desafios.

Social Work and contemporary challenges

Abstract: Social Work is a profession within the socio-technical division of labor in capitalist society, more precisely, within the scope of the reproduction of social relations, understood as both material and spiritual reproduction. Thus, Social Work is a socio-historical product, participating in societal dynamics. This conception, from a perspective of totality, refers to the apprehension of the movement of reality and the profession within it, at different historical moments. To examine the socio-occupational spaces in which the social worker is involved, it is necessary to understand contemporary societal changes.

Keywords: social work; societal changes; challenges.

1. Introdução

É enorme a contribuição de Iamamoto (2004; Iamamoto; Carvalho, 2011) para a compreensão do significado social da profissão de Serviço Social, ao inscrevê-la na divisão sóciotécnica do trabalho na sociedade capitalista, mais precisamente, no âmbito da reprodução das relações sociais, entendida como reprodução material e espiritual. Assim, a sua atuação é polarizada pelos contraditórios interesses das classes sociais, pois atende a demandas do capital e do trabalho, contribuindo tanto para os mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo, da resposta às necessidades da classe trabalhadora (Iamamoto, 2004). No Brasil, os assistentes sociais, apesar do estatuto de profissionais liberais, se inserem no mercado de trabalho pela mediação do assalariamento, submetidos a todas as consequências daí derivadas. Para examinar os

¹ Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professora do Campus Arapiraca da UFAL- Unidade de Palmeira dos Índios. E-mail: laryssa.santos@palmeira.ufal.br

espaços sócio-ocupacionais em que o assistente social se insere, é necessário o entendimento das mudanças societárias na contemporaneidade. Assim, o Serviço Social é um produto sócio-histórico, partícipe da dinâmica societária. Esta concepção remete, a partir da perspectiva de totalidade, à apreensão do movimento da realidade e da profissão nela inserida, em diferentes momentos históricos.

Diante disso, considera-se relevante debater sobre os desafios postos ao Serviço Social na contemporaneidade, tendo como aporte teórico o materialismo histórico-dialético.

2. Mudanças societárias

No plano societário, as três últimas décadas do século XX comportam uma crise capitalista em nível mundial, cuja recomposição, com a consequente reconfiguração do Estado, tem acarretado, na particularidade brasileira, desdobramentos significativos e, em grande parte, negativos, ao exercício profissional dos assistentes sociais, cujas mediações passam, dentre outras razões, pelo aprofundamento da desigualdade social e suas expressões na conformação da questão social - conjunto das expressões das desigualdades sociais produzidas na sociedade capitalista, impensáveis sem a intervenção do Estado (Carvalho; Iamamoto, 2011); pelas mudanças no mundo do trabalho decorrentes da flexibilização, terceirização, informalidade e precarização; pela disputa do fundo público; pela retirada de direitos e desmonte das políticas sociais, as quais se constituem nos principais espaços ocupacionais dos assistentes sociais. Essas mediações, aqui apenas sinalizadas, e sua articulação no plano real, apontam para importantes desafios à profissão no sentido de assegurar um conjunto de avanços que culminou na consolidação do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Nessa direção, é importante recuperar algumas determinações societárias para uma melhor compreensão da dinâmica profissional do Serviço Social nos diferentes espaços sócio ocupacionais.

Os anos 1970 é caracterizado por crise sem precedentes na história do capitalismo. Trata-se de uma crise estrutural do capital que afetou o sistema global em todas as suas dimensões fundamentais. Isto quer dizer que, o sistema enquadrou-se numa *depressed continuum* (Mészáros, 2009), configurando uma crise crônica, permanente e inovadora. De acordo com Netto (2012), suas expressões configuraram transformações societárias profundas, redesenhando o perfil do capitalismo contemporâneo. Tais transformações estão vinculadas às significativas mudanças que ocorreram no mundo do

trabalho, as quais se articulam aos impactos causados nos circuitos produtivos pela revolução científica e técnica, potenciada pela revolução informacional e pelos avanços da microeletrônica, da biologia, da física e da química (Netto, 2012). Com o esgotamento do padrão de acumulação fordista-taylorista, o capital articula um conjunto de estratégias que abrangem três processos: financeirização da economia, a reestruturação produtiva, o neoliberalismo (Netto; Braz, 2010).

É nesse contexto de mudanças que Chesnais (1996) assegura que o sistema financeiro é um novo momento da acumulação do capital, sustentado na hegemonia da especulação e na lógica rentista que se apropria da renda gerada no setor produtivo, bem como investe em novas formas de centralização de grandes capitais financeiros (fundos mútuos e fundos de pensão). O regime de acumulação financeiro tem no capital portador de juros o centro das relações econômicas e sociais, sendo que a consequência dessa centralidade é que a exterioridade que particulariza esse tipo de capital será incorporada no seio da própria acumulação produtiva.

A reestruturação produtiva promove mudanças importantes na base técnica e na gestão do trabalho, com a introdução de inovações tecnológicas e organizacionais; além de realizar a transnacionalização da produção; recorrer à produção enxuta, regida pela demanda; à flexibilização de processos e relações de trabalho; ao trabalho polivalente, novas formas de controle etc.

A flexibilização, embora não se trate de um fenômeno novo, assume dimensão e amplitude inéditas, tendo como principal alvo a retirada de direitos trabalhistas historicamente conquistados. O mesmo ocorre com a terceirização, tanto no setor de serviços – que se ampliou enormemente na era dos monopólios –, como no setor produtivo. O fato é que a classe trabalhadora, no contexto do desemprego estrutural e da ofensiva do capital, tem se submetido a esses processos, se fragmentando e fragilizando as suas formas de representação e organização, a exemplo dos sindicatos. Ademais, a classe trabalhadora em nível mundial passou a conviver com o crescimento do desemprego, da informalidade e da terceirização, aumentando os níveis de exploração daqueles que trabalham. O fenômeno do desemprego tem atingido muitos trabalhadores, e o trabalho mediado por aplicativos acaba sendo uma “saída” ao desemprego, que tem assolado profissionais de diversas áreas. É fato que nos dias atuais dificilmente exista um trabalho que não esteja conectado a qualquer tipo de tecnologia, seja por celulares,

computadores, smart-phones, tablets etc. A expansão dos trabalhos subordinados às plataformas digitais tem se generalizado em nível global.

Articulado a esse cenário catastrófico para o trabalho, o Estado assume sua versão neoliberal que disseminou a liberdade de mercado, cultuou o individualismo, exaltou a privatização e condenou o Estado por sua intervenção na economia, no entanto, sabe-se que o capital não funciona sem o aparato estatal, a intervenção de fato criticada refere-se à realizada com vistas à garantia de direitos aos trabalhadores. A programática neoliberal se constitui então como parte do projeto hegemônico do capital articulado à ofensiva dos mercados financeiros e à reestruturação produtiva, no sentido de reerguer o sistema, a partir de processos de exploração e superexploração da classe trabalhadora. O aparelho estatal se configura como controlador da força de trabalho por meios jurídicos, ao garantir a flexibilização das leis trabalhistas, legitimando práticas precárias no âmbito do trabalho, que implicam negativamente em aspectos relacionados à saúde do trabalhador, contra os sindicatos, seguro desemprego etc. Ademais, a contrarreforma do Estado (BEHRING, 2008), pautada no neoliberalismo, introduz novas práticas e valores gerenciais sustentados no esvaziamento do que é público com consequências nefastas para as políticas sociais que são operadas a partir da lógica mercantil, degradando os serviços e direitos dos usuários.

3. Impactos para o Serviço Social

As mudanças relativas à mundialização do capital imprimem novas formas de organização do Estado e das políticas públicas alterando os processos de distribuição do fundo público e, conseqüentemente, os modos de organização e prestação dos serviços sociais. Essas determinações são agravadas em realidades como a brasileira, em função da sua inserção subordinada e passiva na divisão internacional do trabalho; da heteronomia e dependência; do conservadorismo da burguesia, ao não promover as reformas clássicas do capitalismo; do padrão de Estado, marcadamente forte para os interesses do capital e frágil para mediar os interesses dos trabalhadores; do também histórico padrão predatório do mercado de trabalho; do padrão precário de proteção social, dentre outros aspectos que nos particularizam (Mattoso, 1995; Behring, 2008; Behring; Boschetti, 2006).

Behring, (2008) destaca que há conversão do fundo público em elemento importante para a acumulação financeira. Tal conversão pode ocorrer com a utilização de verbas públicas para o pagamento da dívida ou pela transferência direta de recursos. Concordando com os autores, considera-se que tais mediações são relevantes para se compreender as características que particularizam o campo das políticas públicas e, conseqüentemente, os processos socioinstitucionais que irão demarcar as condições nas quais se organizam o trabalho do assistente social. (Behring, 2008).

O aprofundamento da “precarização estrutural do trabalho em tempo de crise mundial do capital” (Raichelis, *et al.*, 2018), que assola o mundo do trabalho (Antunes, 1999), tem incidido fortemente na profissão, atingindo as dimensões objetivas e subjetivas desse segmento profissional, nos diferentes espaços ocupacionais. Em relação às condições objetivas, os estudos destacam os seguintes aspectos: condições de trabalho precárias que se expressam na ausência e/ou insuficiência de recursos humanos, financeiros e de infraestrutura; intensificação da jornada de trabalho; manuseio das instituições públicas como articulação de interesses privados (por parte da gestão); conflito de interesses no interior das instituições; trabalho excessivo diante da ampla demanda; baixos salários; ações e serviços pontuais; seletividade e fragmentação das políticas sociais; falta de autonomia e de reconhecimento profissional; execução de tarefas burocráticas; contratações heterogêneas, realizadas por meio de indicações e de convites, terceirizações e concurso público; flexibilização, com altas taxas de profissionais com contratos temporários e intermitentes, em precários vínculos trabalhistas, muitos com direitos trabalhistas reduzidos ou sem eles etc. exigência da polivalência; dificuldades postas à materialização do trabalho profissional no tocante às condições éticas e técnicas; desvios de função; rotatividade profissional e a permanência de cargos comissionados; inexistência de plano de cargos carreiras e salários; pouca realização de capacitação continuada; ausência ou fragilização do planejamento, trabalho em equipe, trabalho em rede, interdisciplinaridade; engessamento das requisições técnico-operativas e limites para o exercício das competências e atribuições profissionais; existência do primeiro-damismo, privilegiando as relações clientelistas em detrimento da garantia de direitos (Raichelis, 2018; Raichelis, 2013).

A respeito das condições subjetivas, muitos trabalhos apontam para o adoecimento em função das condições objetivas acima referidas, além de outros aspectos, com destaque para a intensificação do trabalho, a pressão pelo cumprimento de metas e prazos, o controle, a desvalorização profissional, a competitividade, o individualismo, a falta de limite entre a esfera do trabalho e a da vida privada, levando a desgastes físico e/ou emocional, estresse, insatisfação com seu exercício profissional, cansaço generalizado; hipertensão; depressão; ansiedade e sensação de vida reduzida; entre outras expressões ligadas à saúde do trabalhador.

É partir desse quadro de mudanças sinalizado que os espaços ocupacionais vão se alterar, exigindo novas habilidades, competências, atribuições e capacitação continuada dos assistentes sociais. Segundo Iamamoto (2009), o espaço profissional é um produto histórico, condicionado a partir de: 1) pelo nível de luta pela hegemonia que se estabelece entre as classes fundamentais e suas alianças; 2) pelas respostas teórico-práticas densas de conteúdo político dadas pela categoria profissional. Os espaços ocupacionais obedecem a dinâmica contraditória da sociedade, sendo simultaneamente reprodutores e superadores da ordem, abrangendo tanto os espaços resultantes da ação do empresariado, quanto os derivados da implementação das políticas sociais de Estado, assim como os acionados pela direção das organizações da classe trabalhadora.

Assim é que o assistente social lida com os segmentos mais amplos e precarizados da classe trabalhadora, por meio de canais institucionais direcionados para a garantia da participação dos usuários nas políticas públicas nos processos de controle social, a exemplo dos Conselhos de Saúde e de Assistência. Aqui ganha destaque a participação de assistentes sociais nos Conselhos de diferentes áreas, seja na esfera federal, estadual ou municipal. O assistente social é requisitado para trabalhar na elaboração, operacionalização e avaliação de planos, programas e projetos que conformam o planejamento, seja na esfera privada, pública ou no terceiro setor, com a finalidade de defender os direitos dos usuários. O profissional do Serviço Social atua também nas Organizações Não Governamentais (ONGs), por meio de institutos e fundações que financiam projetos sociais em diversas áreas. Além disso, os assistentes sociais podem trabalhar em espaços de assessoria, consultoria, supervisão técnica, nas organizações da classe trabalhadora, etc.

O assistente social deixa de ser meramente um executor de políticas públicas (Netto, 1991), para ocupar cargos de chefia e de gestor das políticas públicas. Tal posição é importante para se refletir sobre o planejamento e as reais demandas dos usuários, atuando de acordo com uma perspectiva crítica e com o projeto profissional. Assim, a profissão, ao atuar no processo de reprodução social, deve desenvolver a instrumentalidade, levando conta em as determinações econômicas políticas e sociais de cada conjuntura, com vistas a romper com práticas pautadas em posturas fatalistas e messiânicas, que ora apontam para uma atuação em que “nada pode ser feito”, ora indicam uma visão heroica da profissão (Iamamoto, 2009). São nesses espaços ocupacionais contraditórios que o assistente social desenvolve sua autonomia relativa, que é determinada pela sua condição de trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho. É através da autonomia relativa que o profissional pode redirecionar sua ação para rumos distintos daqueles esperados pelos empregadores, o próprio caráter antagônico das relações sociais (Iamamoto, 2009).

Nos últimos quatro anos o Brasil viveu um dos piores momentos da sua história com o governo conservador e fascista de Bolsonaro, o que resultou em vários desafios, não só para os assistentes sociais, mas para o conjunto da classe trabalhadora. No que diz respeito às políticas sociais, houve cortes orçamentários nas políticas de saúde, educação, assistência etc., e com isso, se perderam também os canais de participação e planejamento participativo, o que ocasionou a dificuldade de realização de conferências e o aparelhamento dos conselhos ao Estado.

Nos espaços ocupacionais tem crescido a demanda pelo trabalho burocrático, pragmático e voltado para respostas imediatas, em detrimento do trabalho propositivo e criativo. Ao mesmo tempo em que se estimula a redução de tempo e espaço para o contato direto de assistentes sociais e a população usuária dos serviços, o que dificulta o processo educativo e pedagógico, que estimule o protagonismo dos sujeitos (Iamamoto, 2004). Uma questão que se impõe no exercício profissional é a dicotomia teoria e prática a partir de três entendimentos equivocados. Primeiro é que a teoria se transforma em prática, ou seja, espera-se de uma teoria que tenha por orientação a ruptura com um referencial teórico conservador que tal teoria ofereça e, de modo imediato, uma prática de ruptura com o conservadorismo. A relação é imediata, teoria de ruptura gera a prática de ruptura. A segunda compreensão equivocada é que a prática fala por si só, assim, a ação prática,

também de imediato geraria uma teoria, quando, na verdade se trata de uma sistematização da prática. A terceira concepção é que a teoria de Marx não instrumentaliza para a ação. Esta afirmação indica que a teoria não está se transformando em prática, ou seja, a teoria social crítica não está se transformando em prática crítica (Santos, 2013).

Um desafio a ser considerado é a questão da interdisciplinaridade no âmbito da gestão, tendo em vista que as equipes multiprofissionais são formadas por trabalhadores de diversas áreas. A complexidade de demandas implica em questões teóricas e metodológicas para os profissionais envolvidos, o que impõe o diálogo entre os saberes, que nem sempre é respeitado nas instituições (Wanderley, 2013). Wanderley (2013) explica que uma das fragilidades da ação pública está na setorialidade das políticas, o que desencadeia outro desafio, a intersetorialidade. Esta vem sendo propagada nos documentos oficiais do Estado, mas sua operacionalização encontra dificuldades de implementação, pois deveria permitir uma totalização da ação pública. Neste caso, o cidadão fica submetido ao processo de fragmentação das políticas públicas, que se materializa por meio de serviços de políticas setoriais.

Outra questão complexa é a territorialização das políticas, que exige uma gestão descentralizada e territorializada, já que tal espaço é a base das políticas públicas. Assim, a gestão da política pública deve estar referenciada no território, pois é nele que a vida dos cidadãos acontece. Portanto, faz-se necessário o reconhecimento do território, das condições de vida da população, dos serviços ofertados na região, dos sujeitos e instituições que fazem parte desse lugar etc. Aqui se coloca para o assistente social uma leitura qualificada da realidade que se pretender intervir. Para tanto, é preciso mobilizar competências na construção desse conhecimento, a exemplo das relacionadas ao uso de tecnologias da informação para criar bancos de dados nacionais, estaduais e municipais das políticas (Wanderley, 2013).

Outro desafio para os assistentes sociais não acadêmicos é a produção do conhecimento em meio a um cotidiano sobrecarregado de trabalho, em que não há tempo e disponibilidade para o exercício da pesquisa, o que pode implicar em práticas imediatistas e pragmáticas. Evidencia-se também a dificuldade de alguns profissionais em receber estudantes em estágio curricular, visto que eles não têm disponibilidade ou nenhum tipo de diminuição da carga horária para exercer essa competência,

enfraquecendo o processo de relação teoria/prática, aprendizagem, investigação e intervenção. A proposta é poder trabalhar com as competências de modo crítico, a partir da articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, com vistas à materialização do Projeto Ético- Político do Serviço Social.

Apesar dos impactos deletérios para os trabalhadores, e dentre eles, os assistentes sociais, a profissão consolidou o Projeto Ético-Político (PEP) profissional articulado a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. O PEP afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando o pluralismo tanto na sociedade como no exercício profissional (Netto, 2007). É um projeto que tem como valor central a liberdade – capacidade de escolher entre as alternativas concretas – reforçando valores como a autonomia, emancipação humana, socialização da riqueza produzida pelos trabalhadores e a justiça social. Tal projeto se conforma no aparato legal da profissão, a saber: o Código de Ética de 1993, as Diretrizes Curriculares de 1996 e a Lei de Regulamentação da Profissão de 1993.

A partir de muita luta, reflexões e mobilizações, a profissão chega aos anos 1990 com a direção social definida a favor das classes subalternas, e a teoria social de Marx como a matriz hegemônica, possibilitando a apreensão do real a partir do todo, considerando as contradições e mediações que o perpassam. Além disso, grande parte da produção intelectual e discussões da profissão tomam a categoria trabalho como central ao desenvolvimento da sociedade burguesa, ampliando-se o debate acadêmico fundamentado na dimensão ontológica e sócio-histórica do trabalho

No âmbito do exercício profissional, reconhece-se o Código de 1993 como um marco no processo teórico, ético e político do Serviço Social brasileiro, ao afirmar a liberdade como valor central, e defesa de valores como a equidade, democracia e cidadania. Além disso, indica a centralidade do trabalho na reprodução da vida social, fundamentado rigorosamente pela perspectiva ontológica. O Código de 1993 trata da dimensão técnico-operativa, tendo por eixo a defesa e a universalização dos direitos e de mecanismos democráticos, assim como ainda indica para as determinações da competência ético-política profissional. Quanto à qualidade dos serviços, o Código inova com a questão do pluralismo e a recusa do preconceito e da discriminação. Passa a ser reconhecido como um instrumento de referência para os encaminhamentos práticos e

políticos dos assistentes sociais em face da programática neoliberal (Barroco, 2007).

Em relação ao exercício profissional se consolidou também a Lei de Regulamentação nº 8.662/1993, legitimando a intervenção profissional. A Lei nº 8662/1993 aponta para as competências e habilidades privativas do assistente social. Dentre algumas competências destacam-se: elaborar, implementar e avaliar políticas públicas junto a órgãos públicos; elaborar, coordenar e avaliar planos, programas e projetos; planejar, executar e avaliar pesquisas que contribuam para a análise da realidade social etc. No que se diz respeito às atribuições privativas do assistente social, destacam-se: coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos e pesquisas; assumir o magistério em Serviço Social tanto em nível de graduação como pós-graduação; treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social (Brasil, 1993). Na perspectiva de Iamamoto (2004), as competências profissionais no exercício profissional não se constituem nas competências exigidas pela burocracia administrativa das instituições, e sim seu reverso, competência crítica para questionar as imposições da burocracia capitalista, com vistas a analisar e pesquisar sobre a realidade em que o assistente social atua. Nesse processo, a dimensão investigativa é relevante como instrumento analítico da situação social dos usuários, que requisitam os mais diversos serviços para o assistente social. Tal dimensão é imprescindível para descortinar os fenômenos contraditórios da sociedade capitalista, ainda mais para uma profissão comprometida com valores emancipatórios e com uma nova sociedade sem discriminação e exploração.

4. Considerações finais

Para enfrentar o cenário antagônico, o Serviço Social precisa exercer sua instrumentalidade pautada na razão crítico-dialética, proporcionando reflexões mediadas diante da necessidade de respostas às demandas dos usuários. Como parte desse conjunto de mediações, o instrumental técnico deve ser utilizado segundo as reais necessidades da demanda, ou seja, deve ser tratado/eleito a partir do conhecimento da situação de cada usuário e de outras mediações a ela relacionadas, como a configuração institucional, por exemplo. É nesta perspectiva que é imprescindível o uso competente e crítico dos instrumentos para contribuir na efetivação das finalidades profissionais. Vale considerar que uso desses instrumentos não pode ser definido de forma aleatória: é preciso analisar uma série de aspectos da demanda, do requerente, da instituição, da equipe, dos recursos,

entre outros, para refletir sobre os instrumentos a serem utilizados. O trato a instrumentalidade embasada pela perspectiva crítica proporciona outra leitura de realidade, considerando as mediações e contradições que permeiam os espaços sócio-ocupacionais.

A contribuição do Serviço Social é imprescindível para avançar na gestão das políticas públicas, impondo aos assistentes sociais uma intervenção cada vez mais qualificada, tanto sob o prisma teórico-metodológico, como do ponto de vista ético-político e técnico-operativo, com a finalidade de defender os direitos dos usuários. Destaca-se ainda a importância de profissionais do Serviço Social na elaboração de orçamentos participativos e em análises sobre a apropriação do fundo público, bem como da inserção de assistentes em cargos de gestão, seja na esfera federal, estadual ou municipal. Portanto, a gestão de organização de serviços, programas e projetos sociais realizados por assistentes sociais deve estar direcionada para à ampliação e à expansão dos direitos na perspectiva de construção de uma nova ordem fundada na liberdade e na igualdade, e que as relações sociais não sejam baseadas na exploração de classe, etnia e gênero.

As considerações aqui apresentadas evidenciam importantes determinações que vêm incidindo no trabalho profissional nos diversos espaços sócio ocupacionais, ao tempo que reforçam a necessidade da categoria profissional se aprofundar no conhecimento da realidade para apreender as mediações que a perpassam, no sentido de desenvolver estratégias de enfrentamento aos desafios para a materialização do PEP.

Referências

BARROCO, Maria. Lúcia. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2007.

BEHRING, Elaine. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BRAZ, Marcelo; NETTO, José. Paulo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Lei nº 6.662, de 7 de junho de 1993**. Lei de regulamentação da profissão de assistente social. Brasília, 1993.

IAMAMOTO, Marilda. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. 2009.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade do Serviço Social**. 9. ed. Cortez: São Paulo, 2011.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

NETTO, José. Paulo. **Crise do capital e consequências societárias**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/D6MmJKCjKYqSv6kyWDZLXzt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 05 de jul. 2023.

RAICHELIS, Raquel. **Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 116, p. 609-635, out./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/nWD4BRgjxy4H54tJtXyxVst/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 de ago. 2023.

RAICHELIS, Raquel *et al.* (Org.) **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

SANTOS, Cláudia. M. **Na prática a teoria é outra?** Lumens Juris, 2013.

WANDERLEY, Maria. B. **Discussão sobre a gestão social: conceitos e protagonistas**. Ser. Soc. Londrina, 2013, p. 15-30.